

JORNAL DO BRASIL Sensatez, já 27 MAI 1988

Ricardo Noblat

A esquerda brasileira, grosso modo, não é só desatualizada em matéria de economia — politicamente, no mais das vezes, é burra. Não se sustenta o raciocínio que parte dela faz de que o agravamento, até novembro, dos conflitos sociais, acabará por beneficiá-la na eleição presidencial. Não beneficiará coisa alguma. Poderá derrotá-la, elegendo um candidato conservador. Elementar, meu caro Meneguelli.



As pessoas estão irritadas com um governo que fracassou por não ter sido capaz de melhorar a vida delas. O governo deixou-se minar pela anarquia administrativa e pela corrupção. Interveio três ou quatro vezes de forma radical na economia — e em todas elas errou por conceber ou gerenciar mal os planos que avalizou. As pessoas querem ter mais dinheiro no bolso e, no peito, a sensação de que a vida corre mais ou menos em ordem.

Perderam parte do dinheiro que já tiveram e não conseguem enxergar o que poderá ocorrer amanhã. Andam assustadas e com raiva — e o “grevismo” que assola o país colabora para que o medo e a raiva aumentem. O surto atual de greves alimenta-se, naturalmente, do achatamento salarial registrado nos últimos anos e que, praticamente, não poupou nenhuma categoria salarial — do gari ao engenheiro.

O governo é o maior responsável pelo surto que exalta os ânimos, assanha a retaguarda militar dele e ameaça implodir o que resta do falso verão econômico anunciado a 15 de janeiro passado. Mas o Congresso que não legislou em tempo oportuno sobre os limites da greve também o é — e pelo surto são ainda responsáveis determinadas lideranças que o animam como se fora dele não houvesse salvação. É um equívoco.

Com o Plano Cruzado de fevereiro de 1986, o governo redistribuiu renda e tornou as pessoas mais felizes. Com o remendo oferecido ao plano em novembro daquele ano, tomou um pedaço da renda que doara alguns meses antes. Desde então vem tomando sempre um pouco mais. Liberou parte dos preços

congelados pelo Plano Verão do início deste ano — mas segurou e, de certo modo, ainda segura o congelamento dos salários.

Garantiu que o plano era neutro e que os salários nada perderiam. Deve anunciar, nos próximos dias, um reajuste de salários para os servidores públicos civis e militares. Queixa-se do surto de greves que a política adotada por ele próprio provocou. Como, até há pouco, se queixava do crescimento do número de empregados na administração, produzido não por ninguém, mas por ele mesmo.

Incapaz de aprovar as normas que regularão seu próprio funcionamento a partir de agora, o Congresso esqueceu a obrigação de complementar a Constituição promulgada por ele em 5 de outubro do ano passado. Reclama porque o governo já lhe enviou mais de 50 Medidas Provisórias, instrumento que lembra o revogado decreto-lei da antiga Constituição. Na maioria das vezes, não consegue, sequer, se reunir por falta de quórum.

A essa altura, parece evidente que o desejo da sociedade pela ordenação da liberdade é igual ou até maior que o desejo que ela tem de liberdade — mas o Congresso não se dá conta disso. Prepara-se para votar uma lei de greve porque o governo lhe remeteu uma proposta de lei sobre o assunto e porque o aprofundamento da crise social ameaça parir um dos seus inevitáveis filhotes — o terrorismo.

O erro de certas lideranças sindicais é o de imaginar que a greve é o mais rápido e o mais eficaz meio de recompor o poder real dos salários — e de quebra, reforçar o poder de mando delas sobre o aparelho sindical. Examinada de uma perspectiva mais ampla da economia, a recomposição imediata do poder de compra dos salários não somente é impossível como, ao cabo, não é desejável. Um estudante de economia sabe disso.

Como não é, historicamente, comprovável que lideranças afeitas ao recurso da greve pela greve costumem consolidar seu domínio sobre os que lideram. São bem-sucedidas durante certo tempo. Terminam ultrapassadas. Enquanto não são, contribuem para a radicalização do quadro político e social do país — e podem acabar ajudando a eleger quem menos desejam. Em nome da preservação da liberdade, pode ascender quem prefira truncá-la.